



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO: 02/2026**

**CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO/RO**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO, LANCHES E REFEIÇÕES.**

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item**

**PERÍODO DE PROPOSTAS**

**De 14/04/2026 às 8h**

**Até 29/04/2026 às 8h**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 29/04/2026 às 09h00min. (horário de Brasília)**

**MODO DE DISPUTA: [aberto]**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: (SIM)**

**EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS: (SIM)**

**MINUTA DE EDITAL**

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO/RO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2026**

**(Processo Administrativo Nº. 42/2026)**

O Agente de Contratação (Pregoeiro) da Câmara Municipal de NOVA UNIÃO/RO, designado por força das disposições contidas da Portaria nº. 07/2023, torna-se público, para conhecimento dos interessados que, a Câmara Municipal de NOVA UNIÃO/RO, sediada na Avenida Coronel Jorge Teixeira, 1075, centro, NOVA UNIÃO/RO, CEP: 76924-000, por intermédio do Gabinete da Presidência, que se encontra autorizado e aberto, licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, com as alterações posteriores, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, lei Federal n. 13.709/2018, Decreto municipal 1815/2017 e Decreto Legislativo 050/2023, e demais legislação aplicável.

**1. DO OBJETO**

1.1. O presente procedimento licitatório tem por objeto a formação de Registro de Preços para a futura e eventual contratação de **empresas especializadas no fornecimento de produtos de panificação, lanches e refeições**, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estipuladas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será estruturada em itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, permitindo ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. No caso de divergência entre a descrição ou especificação do item e a documentação identificada no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), deverá prevalecer a descrição e especificação constantes no AVISO DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA, bem como em seus anexos, especialmente as contidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

1.4. As informações acerca da entrega do objeto/prestação do serviço estão pormenorizadamente descritas no Termo de Referência.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem à todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;

**2.1.1.** A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará nosumário **IMPEDIMENTO** da proponente, no referido certame;

**2.1.2.** Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**;

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo

identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

**2.5.** Na presente licitação, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123 e Decretos Municipais 1.815/2017.

**2.5.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**2.6.** O município de Nova União regulamentou através do Decreto Municipal 1815 de 30 de outubro de 2017 o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas no âmbito das compras públicas municipais, tal favorecimento abrange os municípios de Nova União, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Ji Paraná, Mirante da Serra, Presidente Médice, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso, acrescido do município circunvizinho Estância Turística Ouro Preto do Oeste. Tais municípios estão no limite geográfico regional previstos pelo IBGE, sendo que os benefícios através do decreto que regulamenta será o favorecimento local e regional até o limite de 10% do melhor preço válido, observando o seguinte: A prioridade será para as ME / EPP e Equiparadas sediadas no município de Nova União, e, não tendo micro empresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Nova União/ RO, cuja proposta esteja no limite de até 10% previsto, a prioridade será dada para as micro empresas e empresas de pequeno porte e equiparadas regionais, e não tendo licitantes participantes no âmbito regional ficarão as demais empresas em iguais condições de participação na disputa, sem o favorecimento acima previsto.

**2.7. Não poderão disputar desta licitação:**

**2.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.7.4.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.7.5.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.7.6.** Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.7.7.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.7.8.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.7.9.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

**2.8.** O impedimento de que trata o **item 2.26** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

**2.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 2.7.2 e 2.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

**2.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**2.11.** O disposto nos **itens 2.7.2 e 2.7.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

**2.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

**2.13.** A vedação de que trata o **item 2.7.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

**2.14.** Como requisito para participação no **PREGÃO ELETRÔNICO** o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do **Sistema Eletrônico**, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do **ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**;

**2.15.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/21;

**2.16.** Somente poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

2.17. A participação no pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intrasferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante.

b) O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no parágrafo 1º do art. 175 da Lei 14.133/21.

2.18. Independente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

2.19. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a Câmara Municipal de Nova União/RO, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

2.20. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

2.21. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no Site: <https://licitanet.com.br/>;

2.22. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

2.23. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da Câmara Municipal de Nova União/RO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

2.24. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

2.25. Empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, ressalva: é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da [Lei 14.133/21](#).

2.26. Pessoa Física e Empresas que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas **inidôneas** ou punidas com **suspensão ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta**, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Para verificação das condições definidas nesta alínea, a Comissão do Pregão, promoverá a consulta eletrônica junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

2.27. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante;

2.28. Os documentos necessários à participação na presente licitação compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

2.29. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;

2.30. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

2.31. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

2.32. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

2.33. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.34. Licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela [Lei Complementar nº 123/2006](#), deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item [7.8.1](#) deste Edital;

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**3.4.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.4.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

**3.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

**3.7.** A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.4 ou 3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

**3.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

**3.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.11.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

**3.11.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima;

**3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.12.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

**3.12.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto;

**3.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle interno;

**3.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

**3.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor unitário do item ou lote

**4.1.2.** Marca (**SE FOR O CASO**);

**4.1.3.** Fabricante (**SE FOR O CASO**);

**4.1.4. Descrição detalhada do objeto**, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**4.1.5.** O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo **previsto para a contratação**;

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

**4.8.** A proposta é preenchida na Plataforma LICITANET, portanto, **NÃO DEVE CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas;

4.9. Em caso de identificação da licitante na **proposta preenchida diretamente no Sistema LICITANET**, esta será DESCLASSIFICADA pelo Pregoeiro;

4.10. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;**

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **Termo de Referência**;

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre-preço na execução do contrato.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes;

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**;

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Para este procedimento, será adotado o modo de disputa **aberto**, com critério de julgamento sobre o menor preço por item, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários;

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores;

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto Municipal nº 1.815/2017](#);

**5.18.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

**5.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

**5.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

**5.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**5.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (**não seguidas de lances**), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado;

**5.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas apresentadas;

**5.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;

**5.20.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

**5.20.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.22.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

**5.22.4.** O pregoeiro **PODERÁ** solicitar ao licitante mais bem classificado que, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

**5.22.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.21.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.4.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 2.7.** do edital, especialmente quanto à existência de **sanção** que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/>);

**b)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/>);

**6.5.** A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#);

**6.5.1.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;

**6.6.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação;

**6.7.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;

**6.8.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.8.1.** Contiver vícios insanáveis;

**6.8.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.8.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.8.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.8.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

**6.9.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

**6.9.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligenciado pregoeiro, que comprove:

**6.9.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.9.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.10.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta;

**6.11.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes;

**6.12.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.13.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada;



**6.14.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência/Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

**7.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre;

**7.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;

**7.3.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**7.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados por **[formato digital via sistema]**.

**7.5.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#));

**7.6.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

**7.6.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir;

**7.7.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação:

**7.7.1.** A critério do pregoeiro poderão ser exigidos documentos complementares para fins de habilitação, devendo ser enviados por meio do sistema, em formato digital, contendo a solicitação do pregoeiro;

**7.7.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto;

**7.7.3.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

**7.7.4.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**7.8.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

**7.8.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**7.8.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**7.9.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

**7.10.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 7.8.1**;

**7.11.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.12.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 1.815/2017](#)).

**7.13.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;

**7.14.** Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:

**7.14.1.** Em nome da licitante com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

**7.14.2.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e;

**7.14.3.** Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

**7.14.4.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização

7.15. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo mínimo de 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.16. OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR, NOS TERMOS DESTES EDITAIS, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NOS SUBITEMS A SEGUIR, PARA FINS DE HABILITAÇÃO:**

**7.16.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Documentos de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.
- b) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado, ou
- c) Ato constitutivo, estatuto ou **CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicado no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**7.17.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos **FEDERAIS** e à Dívida Ativa da União.
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda **Estadual**.
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda **Municipal** da sede da licitante.
- d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **FGTS**.
- e) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **CNPJ**
- f) Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas** (Lei nº 12.440/11).

**g) Declaração** de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo **ANEXO VII**.

**7.17.2.1** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**7.17.2.1.1** A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**7.17.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) **Certidão negativa de Falência ou Recuperação Financeira** expedida pelo site do Tribunal de Justiça da sede do licitante, conforme inciso II, do art. 69, da Lei nº 14.133/21, com data de emissão não superior a **90 (noventa) dias** da data da sessão pública, quando não constar expressamente no corpo da certidão o seu prazo de validade.

**7.17.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Alvará de Localização e funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal da sede da Licitante;

**7.17.4 DECLARAÇÃO CONJUNTA**

- a. Declaração unificada, conforme modelo no **anexo III** (podendo ser substituída pela declaração única preenchida no licitanet, se constar referidas informações).

**8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** O prazo para manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**8.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.3.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no [sítio eletrônico](#).



## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**9.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**9.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**9.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**9.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;

**9.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**9.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**9.1.5.** Fraudar a licitação

**9.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**9.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**9.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**9.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**9.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**9.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**9.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades cível e criminal:

**9.2.1.** Advertência;

**9.2.2.** Multa;

**9.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e;

**9.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**9.3.2.** As peculiaridades do caso concreto

**9.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes

**9.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública

**9.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

**9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato lícitado.

**9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato lícitado.

**9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

**9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

**9.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado pelo sistema LICITANET no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo Portal Licitanet: [www.licitanet.com.br/](http://www.licitanet.com.br/) e pelo e-mail: [diretoria@camaradenovauniao.ro.gov.br](mailto:diretoria@camaradenovauniao.ro.gov.br).

**10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**10.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**11.3.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**11.4.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**11.5.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA**

**12.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**12.1.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**12.1.2.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**12.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**12.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**12.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**12.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**12.3.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**12.3.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**12.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**12.4.1.** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**12.4.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DO PRAZO DE ENTREGA**

**13.1.** O prazo de entrega está descrito no item 6 do **ANEXO I Termo de Referência**.

## **14. DO PAGAMENTO**

**14.1.** Os critérios para realização do pagamento estão descritos no item 8 do **ANEXO I Termo de Referência**.

## **15. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATO**

**15.1.** Os procedimentos de fiscalização e gestão do contrato estão definidos nos itens 6 e 7 do **ANEXO I Termo de Referência**.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**16.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**16.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**16.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**16.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e endereço eletrônico: <https://transparencia.novauniao.ro.gov.br/transparencia/>, [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).
- 16.11. Para acessar o Edital no portal do Município, acesse o link descrito acima, clique na aba Leis, Atos e Publicações e após na sub-aba editais.
- 16.12. **INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:**

- 16.12.1. **ANEXO I - Termo de Referência;**  
16.12.2. **ANEXO II - Modelo Proposta de Preços;**  
16.12.3. **ANEXO III- Declaração Conjunta;**  
16.12.4. **ANEXO IV - Declaração de MPE;**  
16.12.5. **ANEXO V - Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação;**  
16.12.6. **ANEXO VI - Declaração de Cumprimento ao Art. 63, § 1º da Lei 14.133/2021;**  
16.12.7. **ANEXO VII - Minuta de Ata;**

Nova União/RO, 13 de abril de 2026.

BRUNO ARAUJO LENK  
*Agente contratação*

Elaborado por:

JHEREMMY GAMBERT CUSTODIO  
*Chefe de Seção de Compras, Patrimônio e Almoxarifado*

CLEYTON PEREIRA DE SOUZA  
*Agente Administrativo*

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a futura e eventual contratação de empresa especializada no **fornecimento de produtos de panificação, lanches e refeições**, mediante adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), a ser formalizada por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do regulamento interno desta Câmara Municipal.

1.2. O presente instrumento tem por finalidade atender às disposições legais aplicáveis às contratações públicas, em especial ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, à Lei Federal nº 14.133/2021, bem como ao Decreto Legislativo nº 50/2023 da Câmara Municipal de Nova União, estabelecendo as diretrizes, requisitos e elementos técnicos necessários à adequada instrução do procedimento licitatório e à futura contratação.

1.3. *Da Justificativa*

1.3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de atender às demandas institucionais e administrativas da Câmara Municipal, especialmente no que se refere à realização de eventos oficiais, reuniões de trabalho, sessões legislativas, recepção de autoridades e demais atividades correlatas.

Ademais, os produtos de panificação destinam-se ao atendimento das rotinas administrativas internas, incluindo o fornecimento de café da manhã aos servidores, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho, bem-estar funcional e incremento da produtividade.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais adequada, por proporcionar maior eficiência administrativa, economicidade e flexibilidade na gestão das aquisições, permitindo contratações conforme a demanda, sem a necessidade de formação prévia de estoque.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Registro de preços para fornecimento de produtos de panificação, lanches e refeições para suprir as necessidades Câmara Municipal de Nova União, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos

ITEM	UND. MED	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	VLR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	quilograma	216	<b>PÃO DE SAL TIPO FRANCÊS:</b> Composto de Farinha de Trigo Enriquecida C/ferro e Ácido Fólico, Sal, Água, Açúcar; Fermento Biológico, Gordura Vegetal; Peso médio de 50g a 75 Gramas Por Unidade.	R\$ 19,75	R\$ 4.266,00
02	unidade	120	<b>MORTADELA DEFUMADA GOURMET:</b> mortadela defumada gourmet 180g, fatiada, acondicionada em embalagem plástica lacrada.	R\$ 14,89	R\$ 1.786,80
03	quilograma	104	<b>PÃO DOCE COM CREME:</b> Composto de farinha de trigo sem fermento, açúcar, sal, ovo, margarina, fermento biológico, leite	R\$ 31,89	R\$ 3.316,56

			Creme De Confeiteiro: açúcar, leite, margarina, farinha de trigo, corante alimentício, essência de baunilha. Peso médio de 75 Gramas Por Unidade.		
04	quilograma	150	<b>PÃO DE QUEIJO:</b> tipo tradicional, tamanho normal assado cada um pesando aproximadamente 20 gramas.	R\$ 48,62	R\$ 7.293,00
05	quilograma	150	<b>MINI SALGADINHOS VARIADOS:</b> com peso individual entre 15g a 25g, preparados com massa leve e de boa qualidade, contendo os seguintes recheios: bolinha de queijo, frango, carne, enroladinho de salsicha e presunto. Os produtos deverão ser fornecidos frescos, bem acondicionados, com adequado padrão de higiene, sabor e apresentação, próprios para consumo imediato.	R\$ 61,75	R\$ 9.262,50
06	unidade	120	<b>QUEIJO MUÇARELA FATIADO EMBALAGEM 150G:</b> Queijo de primeira qualidade, fatiado, com textura macia e fatias de fácil separação. Cor branco-creme a amarelada, sabor suave e odor característico. Embalagem plástica atóxica, resistente e hermeticamente fechada, pesando 150g. O rótulo deve conter obrigatoriamente a identificação do fabricante, ingredientes, informação nutricional, lote, data de fabricação, validade e carimbo de inspeção sanitária oficial (SIF, SIE ou SIM). O produto deve ser entregue e mantido sob refrigeração, conforme as normas de vigilância sanitária. Marcas: Italc, Itambé, Sadia.	R\$ 17,04	R\$ 2.044,80
07	unidade	24	<b>MANTEIGA - DE PRIMEIRA QUALIDADE COM SAL 500G:</b> Creme de leite, cloreto de sódio (sal) e corante natural de urucum INS 160b.	R\$ 26,73	R\$ 641,52
08	unidade	72	<b>BOLO CASEIRO COM COBERTURA:</b> Sabores diversos, tais como cenoura, limão, café, chocolate, amendoim, churros, banana fabricação caseira e com ingredientes selecionados: farinha de trigo, ovos, açúcar, óleo, fermento químico. A massa deve estar macia e aerada, com cobertura conforme o sabor escolhido, com peso mínimo de 500gr apresentada em embalagem primária individual, contendo as respectivas informações nutricionais, data de fabricação/validade.	R\$ 34,25	R\$ 2.466,00
09	unidade	72	<b>BOLO CASEIRO TRADICIONAL:</b> Sabores diversos, tais como cenoura, fubá, mesclado, formigueiro, limão, café, chocolate, amendoim, churros, banana fabricação caseira e com ingredientes selecionados: farinha de trigo, ovos, açúcar, óleo, fermento químico. A massa deve estar macia e aerada com aproximadamente 450gr apresentada em embalagem primária individual, contendo as respectivas informações nutricionais, data de fabricação/validade.	R\$ 31,80	R\$ 2.289,60
10	unidade	200	<b>MARMITEX:</b> fornecimento de alimentação pronta acondicionada em embalagens tipo "marmitex". A composição das refeições deverá ser variada, contendo o mínimo de 750g (oitocentos e cinquenta gramas), composta de arroz, feijão, farofa, dois tipos de carne (branca ou vermelha), de primeira qualidade, massas, saladas diversificadas e legumes. As refeições devem ser servidas utilizando as embalagens de isopor descartáveis, com tampa, acompanhado de talheres descartáveis.	R\$ 24,67	R\$ 4.934,00
11	unidade	100	<b>REFEIÇÃO BUFFET:</b> fornecimento de refeição com ampla variedade de comida, que pode incluir pratos quentes e frios, saladas, sobremesas (pudim, mousse de maracujá, pavê - porções de no mínimo 100g) carnes, massas, acompanhamentos, dependendo do tipo de eventos que possa ser realizado pelas CMNU, as refeições poderão variar entre opções como: arroz, bobó de frango, vatapá, feijoada, feijão comum, massas diversas, saladas de legumes e hortaliças, estrogonofe, farofa, bem como carnes preparadas de diferentes formas, incluindo carnes cozidas, grelhadas e assadas (bovina, suína, aves ou peixe). Observação: para fins exclusivos de estimativa e composição de custos, cada refeição será considerada com peso médio de 750g (setecentos e cinquenta gramas), acompanhada de 01 (um) copo de suco natural e/ou refrigerante, com volume mínimo de 360 ml, não constituindo tal parâmetro obrigação de fornecimento	R\$ 73,33	R\$ 7.333,00

			rígido, mas apenas referência para cálculo do quantitativo e do valor estimado da contratação.		
12	frasco	92	<b>REFRIGERANTE:</b> embalagem garrafa pet 02 litros, gelado, de 1ª qualidade sabor coca cola, Pepsi, guaraná kuait e guaraná Antártica.	R\$ 13,06	R\$ 1.201,52
13	caixa	84	<b>LEITE</b> - longa vida integral uht, pasteurizado, tipo longa vida, embalagem de garrafa ou tetra park individual contendo 1 litro, com identificação do produto e prazo de validade, composição: leite in natura e estabilizante citrato de sódio. aspecto físico: líquido.	R\$ 8,41	R\$ 706,44
14	unidade	200	<p><b>MIX DE FRUTAS:</b> Fornecimento de mix de frutas frescas, elaborado com matérias-primas de primeira qualidade, submetidas a criterioso processo de seleção, higienização, descascamento e corte em cubos padronizados. O produto deverá apresentar características sensoriais próprias de frutas maduras, tais como cor, aroma e sabor agradáveis, além de polpa firme e suculenta.</p> <p>Não será permitida a presença de frutas deterioradas, com sinais de podridão, manchas, machucados, queimaduras por frio, partes sobremaduras ou imaturas, bem como sujidades, parasitas ou quaisquer imperfeições que comprometam a qualidade e o consumo imediato do produto. Acondicionamento em embalagem primária individual, tipo copo plástico (copo bolha) com capacidade aproximada de 200 ml, atóxico, transparente, com tampa sem furo, devidamente vedado, contendo peso líquido aproximadamente 150 g. O produto deverá ser acompanhado de garfinho descartável apropriado para consumo.</p> <p>O armazenamento e transporte deverão ocorrer sob refrigeração contínua, em temperatura entre 0°C e 10°C, garantindo a conservação e segurança alimentar. O prazo de validade mínimo exigido será de 03 (três) dias, contados a partir da data de entrega.</p> <p>Como referência de composição, o mix poderá conter combinações variadas de frutas, tais como: manga com melão; mamão com maçã tratada com solução antioxidante; abacaxi, manga e uva sem semente; ou melancia com melão, podendo haver variações desde que mantido o padrão de qualidade exigido. O fornecimento será realizado de forma parcelada, sendo que cada solicitação não poderá ser inferior a 20 (vinte) unidades de mix de frutas.</p>	R\$ 7,54	R\$ 1.508,00
15	unidade	500	<b>SANDUÍCHE NATURAL:</b> Sanduíche natural individual, peso aproximado de 130g a 150g, preparado com pão de forma (integral ou branco), recheado com patê de peito de frango desfiado e cozido, maionese (ou requeijão), cenoura ralada, milho verde e alface crespa higienizada. O produto deve ser bem recheado, montado no dia da entrega, acondicionado em embalagem plástica transparente (tipo BOPP) selada, atóxica, própria para alimentos.	R\$ 8,09	R\$ 4.045,00
16	unidade	500	<b>MINI HAMBURGUER:</b> Fornecimento de mini sanduíches preparados com pão individual tipo sírio, de leite, brioche, integral, mini francês ou similar, de fabricação recente, apresentando textura macia, frescor, aparência homogênea e sabor característico. O recheio deverá ser variado, podendo incluir opções como frango com ricota, alface e tomate, salaminho, pepperoni, palmito com azeitona, rúcula com tomate seco, presunto cozido, chester, entre outros, sempre elaborados com ingredientes de boa qualidade, frescos e devidamente higienizados, garantindo sabor, aroma e condições adequadas para consumo. Cada unidade pronta deverá apresentar peso aproximado entre 50g e 75g. O produto deve ser entregue acondicionado em embalagem atóxica, resistente e apropriada para alimentos, assegurando a proteção contra agentes externos,	R\$ 6,00	R\$ 3.000,00



			conservação e manutenção da qualidade até o momento do consumo, em conformidade com as normas de higiene e segurança alimentar vigentes. A validade mínima deverá ser de 01 (um) dia após a data de entrega.		
17	cento	20	<b>SALGADINHO PARA COQUETEL, tipo: bolinha queijo</b> , recheio: queijo, apresentação: pronto para consumo, com no mínimo 25g por unidade contendo 100 unidades, em embalagem adequada visando a proteção e a qualidade do produto. Obs: na hora da entrega será feito a degustação de um salgadinho pego de forma aleatória no cento, afins de verificação do recheio, não sendo aceito caso esteja massudo e com pouco recheio.	R\$ 123,50	R\$ 2.470,00
18	cento	20	<b>SALGADINHO PARA COQUETEL: tipo coxinha</b> , frito, recheio: frango, apresentação: pronto para consumo, com no mínimo 25g por unidade contendo 100 unidades, em embalagem adequada visando a proteção e a qualidade do produto. obs: na hora da entrega será feito a degustação de um salgadinho pego de forma aleatória no cento, afins de verificação do recheio, não sendo aceito caso esteja massudo e com pouco recheio.	R\$ 123,50	R\$ 2.470,00
19	cento	20	<b>ASSADINHO PARA COQUETEL: tipo esfirra fechada</b> de frango e de carne, pronto para consumo, com no mínimo 25g por unidade, contendo 100 unidades em embalagem adequada visando proteção e a qualidade do produto. Assada a base de farinha de trigo, leite, açúcar, sal e fermento biológico; recheada com frango cremoso, afins de não ficar seca. Recheada com carne bovina de 1ª linha, tomate e especiarias.	R\$ 118,63	R\$ 2.372,60
20	cento	20	<b>SALGADINHO PARA COQUETEL, tipo: pastelzinho</b> , recheio: carne bovina e/ou presunto e queijo; apresentação: pronto para consumo, com no mínimo 25g por unidade contendo 100 unidades, em embalagem adequada visando a proteção e a qualidade do produto.	R\$ 123,50	R\$ 2.470,00
21	unidade	400	<b>MINI CACHORRO-QUENTE</b> : Lanche pronto de cachorro-quente (pão de hot dog com peso de 75g a 100g, salsicha, milho verde e batatas palhas. Produzidos com matéria prima de 1º qualidade. Devem estar íntegros (inteiros), cor, aroma e sabor característico. Livres de sujidade e quaisquer outros materiais não pertencentes ao alimento. Embalagem em material atóxico, plástico, íntegro e não violado.	R\$ 6,91	R\$ 2.764,00
22	unidade	10	<b>BOLO CONFEITADO 2kg</b> : com 2 camadas de recheio (a ser escolhido pelo órgão) Tipo aniversário: massa branca ou massa de chocolate, com recheio, sendo: brigadeiro' beijinho de coco, chocolate ou leite ninho, doce de leite, morango, poupa de abacaxi, pêssego, ameixa, leite ninho e morango, chocolate trufado ou leite ninho trufado, com 2 camadas de recheio; cobertura: chantilly, ganache, brigadeiro ou glacê real (a ser escolhido pela secretaria). o bolo deverá estar acondicionado em embalagens descartáveis com tampa, obtidos a partir de matéria prima de primeira qualidade, a massa deve estar macia e aerada. Com cobertura com bom aspecto visual, serão rejeitados bolos mal assados, queimados, amassados, achatados ou "embatumados" aspecto massa pesada, secos ou com formação de mofo.	R\$ 179,14	R\$ 1.791,40

2.2. Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de aquisição pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

### 2.3. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi fixada R\$ 70.432,74 (setenta mil, quatrocentos e trinta e dois reais e setenta e quatro centavos), apurada com base em pesquisa de mercado realizada a partir de contratações similares promovidas por diversos órgãos públicos, cujos dados foram obtidos por meio da plataforma Licitanet.

A formação do referido valor decorre da análise comparativa de propostas anteriormente apresentadas e dos serviços efetivamente executados, observando-se os princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade, de modo a assegurar a compatibilidade com os preços praticados no mercado e o adequado atendimento às necessidades do órgão contratante.

#### 2.4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da ata de registro de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação, em diário oficial, (Art. 176 inciso I da lei 14.133), e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Art. 25, do Decreto legislativo nº 50/2023.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição pretendida do objeto mencionado se justifica na necessidade de atender as demandas da Câmara Municipal de Nova União, visto que, o ambiente do Poder Legislativo é local de inúmeras reuniões, tanto ordinárias quanto extraordinárias, além de eventos comemorativos. Identificou-se a necessidade de fornecer aos Vereadores e Servidores, lanches e refeições.

3.2. A escolha por uma empresa especializada se justifica pela necessidade de garantir a qualidade, segurança alimentar, e a variedade de cardápios que atendam a diferentes necessidades e preferências alimentares. Além disso, a empresa contratada deverá observar as normas sanitárias e de segurança alimentar vigentes, proporcionando refeições que atendam aos critérios de saúde e higiene necessários, respeitando as regulamentações exigidas para o serviço.

3.3. Além disso, ao garantir o fornecimento de refeições ou lanches, conforme o caso, a administração pública busca otimizar recursos, evitando a perda de tempo e produtividade que poderia ocorrer com a ausência dos profissionais ou a interrupção das atividades por conta da necessidade de deslocamento para a realização de refeições. A contratação de uma empresa especializada é, portanto, uma solução prática que visa atender essas demandas de forma eficiente e com qualidade, sem sobrecarregar a estrutura administrativa.

#### 3.4. ÓRGÃO PARTICIPANTE

- **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

#### 3.5. DAS ESTIMATIVAS DE QUANTITATIVOS

3.5.1. A estimativa dos quantitativos foi elaborada com base no histórico de consumo do exercício anterior, considerando o número de servidores e vereadores, a frequência das atividades legislativas e a realização de eventos institucionais.

3.5.2. Para os itens de consumo diário, especialmente os destinados ao café da manhã, adotou-se como parâmetro a média semanal de consumo, considerando a presença de até 18 (dezoito) pessoas nos dias de sessões legislativas e comissões e 10 (dez) pessoas nos demais dias úteis.

3.5.3. Com base nesse levantamento, estimou-se, para o período de 12 (doze) meses, o consumo aproximado de 216 kg de pão francês e 104 kg de pão doce, além dos demais itens de panificação em quantitativos proporcionais.

3.5.4. Para os itens destinados a eventos, reuniões e sessões, a estimativa considerou a média de participantes por evento, variando entre 10 (dez) e 50 (cinquenta) pessoas, conforme o porte da atividade institucional.

3.5.5. Dessa forma, foram estimados quantitativos anuais compatíveis com a demanda, incluindo aproximadamente 200 marmitex, 100 refeições e itens de coffee-break, como sanduíches, mini hambúrgueres e salgadinhos.

3.5.6. Ressalta-se que os quantitativos possuem caráter estimativo, podendo variar conforme a necessidade da Administração ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, não gerando obrigação de contratação integral.

#### 3.6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

3.6.1. Natureza: Na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) temos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

3.6.2. Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação dos bens demandados verificamos que estes:

- são passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
- possuem especificações usuais de mercado; e
- possuem disponibilidade no mercado.

3.6.3. Logo, os bens a serem adquiridos classificam-se como sendo bens comuns.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 5.1. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

- a. O produto fornecido pela Contratada deverá ser de Primeira Qualidade. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação esta perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.
- b. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

#### 5.2. DA SUBCONTRATAÇÃO

- a. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 5.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

a. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 5.4. DA SUSTENTABILIDADE

a. Segundo o Art. 144 da Lei nº 14.133, de 2021, as contratações devem obedecer a requisitos de sustentabilidade, na presente contratação não se vislumbra riscos ambientais iminentes a serem considerados, considerando que os critérios de sustentabilidade devem ser objetivamente exigidos, para que possam ser objetivamente comprovados, a única medida a ser solicitada aos licitantes é que as faturas e quaisquer tipos de comunicação formal sejam em meio eletrônico/digital, evitando o consumo de papel, a fim de atender critérios de sustentabilidade.

### 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### 6.1. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

6.1.1. O fornecimento dos produtos e serviços será realizado mediante emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento pela Câmara Municipal de Nova União, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados do recebimento da solicitação.

6.1.2. As entregas deverão ocorrer no endereço indicado pela contratante, dentro do Município, podendo ser realizadas em dias úteis e, excepcionalmente, aos finais de semana e feriados.

6.1.3. O preparo dos alimentos será realizado nas dependências da contratada, devendo ser entregues em condições adequadas de consumo, respeitando horários definidos na Ordem de Fornecimento.

6.1.4. O transporte, desde o preparo até a entrega final, será de inteira responsabilidade da contratada, incluindo todos os custos diretos e indiretos, não sendo aceitos produtos avariados ou em desacordo com as especificações.

6.1.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando não atenderem às exigências deste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias, sem ônus para a Administração.

#### 6.2. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.2.1. O fornecimento será realizado sob demanda, mediante Ordem de Fornecimento encaminhada por meio oficial, com confirmação pela contratada.

6.2.2. Fornecimento de produtos de panificação destinados ao café da manhã de servidores e vereadores, devendo ser entregues frescos diariamente, em conformidade com as normas sanitárias vigentes. A retirada poderá ocorrer na sede da contratada, mediante prévio acordo.

Composição dos itens:

- Pão francês: unidade de aproximadamente 50g a 75g, produzido com farinha de trigo enriquecida, fermento biológico e demais ingredientes básicos.
- Mortadela defumada: fatiada, embalagem lacrada de 180g.
- Pão doce com creme: unidade de aproximadamente 75g, com recheio tipo creme confeiteiro.
- Pão de queijo: unidade tradicional, com cerca de 20g.
- Mini salgadinhos variados: entre 15g e 25g, com recheios diversos (queijo, frango, carne, salsicha, presunto).
- Queijo muçarela fatiado: embalagem de 150g, com registro sanitário e mantido sob refrigeração.
- Manteiga com sal: embalagem de 500g, de primeira qualidade.
- Bolo caseiro com cobertura: sabores variados, peso mínimo de 500g, com massa macia e bem assada.
- Bolo caseiro tradicional: sabores diversos, peso aproximado de 450g.
- Leite integral UHT: embalagem de 1 litro, devidamente identificado e dentro do prazo de validade.

Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens adequadas, íntegras e atóxicas, garantindo higiene, conservação e qualidade para consumo.

6.2.3. Fornecimento de lanches para coffee break destinados a eventos, reuniões, palestras e visitas técnicas, com serviço preferencialmente em sistema self-service, no local indicado pela contratante, incluindo todos os materiais descartáveis e utensílios necessários.

Os itens deverão ser preparados com matérias-primas de qualidade, frescas, devidamente higienizadas e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

Composição mínima:

- Fornecimento de mix de frutas frescas, em porções individuais de 150 g, devidamente higienizadas, descascadas, cortadas e prontas para consumo, com padrão adequado de qualidade, sabor e conservação. Acondicionadas em embalagem individual atóxica, tipo copo bolha de 200 ml, com tampa sem furo, acompanhadas de garfinho descartável tipo espetinho cristal. O produto deverá ser mantido sob refrigeração entre 0°C e 10°C, com validade mínima de 01 (um) dia a partir da data de entrega. O fornecimento será realizado de forma parcelada, sendo que cada solicitação não poderá ser inferior a 20 (vinte) unidades de mix de frutas.
- Sanduíche natural: unidade de 130g a 150g, com pão de forma, recheio à base de frango ou similar, devidamente embalado.
- Mini hambúrguer: unidades de 50g a 75g, com pão e recheios variados, preparados no dia, com validade mínima de 01 dia.
- Salgadinhos para coquetel (fritos e assados): mínimo de 25g por unidade, fornecidos em cento, com variedade (coxinha, bolinha de queijo, esfirra, pastelzinho), bem recheados e em perfeito estado de consumo.
- Mini cachorro-quente: unidades individuais, preparados com ingredientes de qualidade e devidamente acondicionados, com peso de 75g a 100g.
- Bolo confeitado (mínimo 2kg): com duas camadas de recheio e cobertura, conforme escolha da contratante, apresentando boa aparência, textura macia e sem defeitos.
- Refrigerante: embalagem garrafa pet 02 litros, gelado, de 1ª qualidade sabor coca cola, Pepsi, guaraná kuait e guaraná Antártica.

Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas, íntegras e atóxicas, garantindo a conservação, higiene e qualidade até o consumo, sendo vedado o fornecimento de itens em desacordo com os padrões exigidos.

#### 6.2.4. Refeições (itens 10 e 11);

- O fornecimento de refeições prontas tipo marmitex deverá atender às normas sanitárias vigentes, sendo acondicionadas em embalagens adequadas e fiscalizadas pelos órgãos competentes. As entregas serão realizadas de forma parcelada, conforme solicitação do Secretário-Geral ou servidor responsável, mediante requisição assinada, com antecedência mínima de 03 (três) horas. O fornecimento poderá ocorrer

nos períodos de almoço ou jantar, em horários definidos pela Secretaria. Cada refeição deverá conter, no mínimo, 850g, com composição variada incluindo arroz, feijão, farofa, no mínimo dois tipos de carne (branca e/ou vermelha), massas, saladas e legumes.

As refeições deverão ser acondicionadas em embalagens descartáveis tipo marmitex, com tampa, acompanhadas de talheres descartáveis.

- Fornecimento de refeições no sistema buffet livre, com variedade de pratos quentes e frios, saladas, massas, acompanhamentos e sobremesas, conforme o tipo de evento. Cada refeição deverá conter, no mínimo, 750g, incluindo arroz, feijão, massas, saladas, farofa e, no mínimo, 02 tipos de carne (bovina, suína, aves ou peixe). Deverá acompanhar 01 bebida (suco natural e/ou refrigerante) com no mínimo 360 ml, e 01 sobremesa com porção mínima de 100g. O serviço deverá ser realizado em estufas ou recipientes térmicos adequados, em conformidade com as normas sanitárias. A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os utensílios necessários ao serviço, incluindo pratos, copos, talheres, colheres, facas, conchas e pegadores, devidamente higienizados e disponibilizados de forma adequada aos usuários. O atendimento poderá ocorrer nas dependências da contratante ou da contratada, conforme ajuste prévio, sendo vedado o fornecimento em quantidade inferior à solicitada.

6.2.5. Todos os alimentos deverão ser preparados com ingredientes de primeira qualidade, obedecendo às normas sanitárias vigentes, garantindo higiene, conservação, temperatura adequada e segurança alimentar.

6.2.6. O transporte deverá ser realizado em condições adequadas de higiene e conservação, preferencialmente em recipientes térmicos ou veículos apropriados.

6.2.7. A contratada deverá fornecer, quando necessário, todos os utensílios para serviço (descartáveis ou inox), garantindo a adequada execução dos serviços.

### **6.3. FISCALIZAÇÃO;**

- a. A fiscalização do recebimento do(s) Produto(is) adquirido(s) ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competendo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.
- b. A Comissão de Recebimento, Fiscal do Contrato ou o Responsável pelo Almoxarifado procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.
- c. A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

### **6.4. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA;**

- a. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O prazo de vigência deste contrato (ata de registro) é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado caso haja interesse entre as partes, nos termos da Lei Federal N.º 14.133/2021;

- a. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante;
- b. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- c. A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da ata de registro de preço ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

### **7.2. DA ASSINATURA DO CONTRATO;**

7.2.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 72 (setenta e dois) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

- a. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.
- b. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 7.2.1 deste termo.
- c. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

### **7.3. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO;**

7.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.3.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO.**

- a. Os serviços poderão ser recebidos provisoriamente, em até 10 (dez) dias, contados da comunicação escrita da contratada acerca da conclusão da etapa executada, juntamente com a apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.
- b. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo a contratada promover as correções necessárias no

prazo de até 10 (dez) dias, contados da notificação da Administração, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

- c. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos serviços executados, mediante termo circunstanciado de recebimento.
- d. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a verificação do atendimento das exigências contratuais.
- e. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à quantidade, qualidade ou extensão dos serviços executados, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.
- f. O prazo para solução, pela contratada, de eventuais inconsistências na execução do objeto ou de correção da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, identificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.
- g. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, segurança e qualidade dos serviços executados, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 8.2. LIQUIDAÇÃO.

- a. Após o recebimento definitivo da Nota Fiscal ou de um documento de cobrança equivalente, o material será encaminhado para o setor contábil. Nesse contexto, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, estabelece em seu Art. 7º que os prazos mencionados no Art. 6º serão definidos da seguinte forma:
  - a.
    - I. O prazo para a liquidação da despesa será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente pela Administração.*
- b. O número do empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil deverá vir indicado em cada nota fiscal. Não serão aceitas entregas cujo objeto e/ou nota fiscal não estejam rigorosamente de acordo com o empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.
- c. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - I. Data da emissão;
  - II. Dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
  - III. Período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
  - IV. Valor a pagar; e
  - V. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- d. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- e. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- f. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## 8.3. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO.

- a. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.
- b. O pagamento será efetuado de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, estabelece em seu Art. 7º que os prazos mencionados no Art. 6º serão definidos da seguinte forma:
  - a. *II. O prazo para o pagamento será de 10 (dez) dias úteis, contados após a liquidação da despesa.*
- c. A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.
- d. Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- e. Retenção de Tributos; Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive as estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, que determina a obrigatoriedade da retenção do Imposto de Renda (IR) e demais tributos incidentes sobre pagamentos realizados por órgãos e entidades da Administração Pública.
  - a. Casos de não retenção / isenção / imunidade segundo o art. 4º da IN 1.234/2012, O Art. 4º da IN 1.234/2012 elenca as hipóteses em que não será feita retenção do IR e das contribuições (PIS/Pasep, Cofins, CSLL) nos pagamentos efetuados pela administração pública.
- f. O pagamento será realizado somente após a aceitação e certificação da Comissão de Recebimento na fatura ou nota fiscal. Se a fatura ou nota fiscal não for apresentada ou estiver em desacordo com o que foi contratado, com irregularidades, o prazo para pagamento será interrompido até que a CONTRATADA tome as medidas necessárias para regularizar a situação, sem que isso gere qualquer ônus para a Câmara.  
Uma vez sanadas as irregularidades, o prazo de pagamento será reiniciado a partir da data em que a CONTRATADA protocolar a comunicação por escrito informando a regularização das falhas e omissões. Tudo isso de acordo com as normas sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Nova União/RO. A data de pagamento será considerada como a data de emissão da ordem bancária.
- g. A nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverá ser entregue preferencialmente digital na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato



## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **9.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

- a. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, e a forma de adjudicação será POR ITEM.

### **9.2. DA PREVISÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPATES**

9.2.1. Processo licitatório de ampla concorrência, haverá critério de desempate nos termos do Art. 45, 3º, da Lei Complementar 123, onde a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

- a. Haverá PRIORIDADE de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, sediadas no Município de Nova União/RO; e no âmbito regional - os limites geográficos dos municípios de Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji Paraná, Mirante da Serra, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso, previstos na micro região de Ji-Paraná do IBGE, acrescido do município circunvizinho Estância Turística Ouro Preto do Oeste. nos termos dos incisos I e II, do § 1º, artigo 2º do Decreto Municipal Nº 1815, De 30 De Outubro De 2017, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 2º do Decreto Municipal nº 1815/PMNU/2017, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

### **9.3. HABILITAÇÃO (LEI 14.133/21 ART. 62 a 64)**

- a. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.  
b. O envio de toda a documentação de habilitação junto a proposta atualizada é OBRIGATÓRIA, sendo que a autenticidade dos documentos enviados poderá ser verificada. Para fins de agilidade na conferência, é preferível o envio nas ordens do Edital.

#### **9.3.1. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

Para fins de habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso:

- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), com verificação de autenticidade em sítio oficial;
- Sociedades empresárias, SLU ou EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de documento de eleição/identificação dos administradores;
- Sociedade empresária estrangeira: ato autorizativo de funcionamento no Brasil, com publicação no Diário Oficial da União e registro na Junta Comercial competente;
- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhada da comprovação de seus administradores;
- Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo no respectivo registro competente, com averbação na sede da matriz;
- CNPJ: prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

Para fins de habilitação, será verificada a compatibilidade entre o objeto da contratação e as atividades previstas no Contrato Social, o qual prevalecerá sobre o CNAE, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nº 1.203/2011 e nº 503/2021).

A análise ocorrerá exclusivamente na fase de habilitação, sendo que a ausência de previsão, no objeto social, para execução do objeto contratado implicará a inaptidão do licitante, com sua desclassificação, nos termos da legislação vigente.

#### **9.3.2. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a. Prova de regularidade para com a Fazenda, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social INSS), dentro da validade;
- b. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;
- c. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;
- d. Prova de regularidade ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS, dentro da validade;
- e. Prova de inexistência de débitos trabalhista (CNTD), ou certidão positiva com efeitos de negativa.
- f. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **9.3.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA;**

- a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na emissão desta, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias.
- b. Por se tratar de contratação/aquisição de serviços/bens de baixo valor, fica dispensada a apresentação do Balanço Patrimonial e as demais peças contábeis.

#### **9.3.4. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;**

- a. Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto, quantidades e prazos de prestação dos serviços.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal.

10.2. A execução da despesa será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

- Ação Orçamentária: 2026 - Administração e Gestão da Câmara;
- Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo;
- Ficha Orçamentária: 10;
- Fonte de Recursos: 001.500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato;
- Comunicar tempestivamente a CONTRATADA, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas no decorrer da execução dos serviços, para a imediata adoção das providências de modo a sanar problemas eventualmente ocorridos;
- Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o estabelecido no Contrato;
- Atestar as notas fiscais/faturas desde que tenham sido entregues como determina este contrato, verificar os relatórios apresentados: encaminhar as notas fiscais e/ou faturas, devidamente atestadas, para pagamento dentro do prazo determinado;
- Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre eventuais imperfeições, falhas, e demais irregularidades verificadas na execução dos procedimentos previstos neste Contrato de modo que possam ser adotadas medidas para córrigo do que for notificado;
- Efetuar os pagamentos, no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, após a emissão dos Termos de Homologação e comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos;
- Fornecer, em tempo hábil, todos os dados técnicos e informações de sua responsabilidade, necessários à execução do objeto do contrato;
- Manter os entendimentos com a CONTRATADA sempre por escrito, ressalvados os casos determinados pela urgência das medidas, cujos entendimentos verbais deverão ser confirmados por escrito ou por e-mail, dentro de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da efetivação do entendimento;
- Verificar a regularidade da situação fiscal e dos recolhimentos sociais trabalhistas da CONTRATADA, conforme determina a lei, antes de efetuar o pagamento devido.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas.
- Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Termo de Referência, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, cujas obrigações deverá atender prontamente.
- Responsabilizar-se-á pelo bom estado e qualidade dos alimentos e respondendo perante a Contratante e outros órgãos do poder público, por qualquer alimento, condimento e/ou ingredientes contaminados, deteriorados ou de qualquer forma inadequados para os fins previstos no presente contrato;
- As despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da proponente;
- Todos os gêneros perecíveis e não perecíveis deverão ser transportados em veículo específico para esse fim, devendo ser previamente higienizados e não conter qualquer substância que possa acarretar lesão física, química ou biológica aos alimentos;
- Manter planejamento de esquemas alternativos de trabalho ou planos de contingência para situações emergenciais, tais como: falta de água, energia elétrica/gás, vapor, quebra de equipamentos, greves e outros, assegurando a continuidade dos serviços estabelecidos no presente Termo de Referência;
- Os entregadores deverão estar devidamente identificados com o nome da empresa, uniformizados, com hábitos de higiene satisfatórios (uniforme limpos, higiene pessoal adequada, barba e bigode aparado, cabelo protegido sem adornos e unhas aparadas), possuindo boa conduta e relacionamento no local de entrega;
- Fica Sob responsabilidade da Contratada a montagem, a organização do ambiente onde será servida a refeição;
- Fica sob responsabilidade da Contratada o Fornecimento de matérias descartáveis, pratos, talheres, copos e guardanapos;
- Manter quadro de pessoal técnico, operacional e administrativo em número necessário e suficiente para atender o cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Referência, substituindo imediatamente em caso de falta;
- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do fornecimento do objeto;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos itens, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;
- Cumprir os prazos estipulados na Ata de Registro de Preços e as especificações dos objetos;
- Levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE quaisquer irregularidades ocorridas;
- Fica sob responsabilidade da Contratada a conservação dos alimentos, refrigeração e preparação, bem como pela refrigeração e conservação das bebidas;
- Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do Fornecedor Registrado pelo fornecimento do objeto;
- Será permitida a utilização de descartáveis apenas nos lanches. A contratada deverá fornecer todo o material descartável, sendo proporcional à quantidade de participantes e a alimentação solicitada no evento. Os descartáveis devem ser de boa qualidade e apresentar embalagens integras, próprias para cada produto e com identificação no rótulo;
- Indicar, formalmente, preposto, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, aceito pela Câmara solicitante, para representar a licitante vencedora, sempre que for necessário, o qual tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos da Ata de Registro de Preços;
- Indicar e-mail e número de WhatsApp (com confirmação de leitura ativada) oficiais do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante.

- Ressarcir à Administração, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação da rejeição das justificativas, os prejuízos por ela causados, sob pena de glosa do o valor da fatura pendente de pagamento.

### 13. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

13.1. A contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, a serem aplicadas pela autoridade competente da Câmara Municipal de Nova União conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

13.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste termo, a contratante poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito.
- b) multa de 1,5% ao dia, sobre o valor total do contrato, nos casos de atraso injustificado no cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.
- c) multa de vinte por cento sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Contratante, por prazo não superior a dois anos;
- e) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos conforme estabelecido pelo art. 156, §4º da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência.

13.3. Considerar-se-á descumprido totalmente o contrato quando, injustificadamente, ocorrer o atraso para o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência ultrapassar dez dias corridos, ensejando a aplicação de penalidade. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Contratante, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

13.4. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de cinco dias úteis a partir da data da intimação.

13.5. Se a contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada até a data de vencimento prevista para pagamento da Guia, o mesmo será automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus.

13.6. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa do município e cobrado com base na legislação municipal, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

### 14. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, há necessidade de aquisições ou frequentes, conforme estatui o Art. 22, do Decreto legislativo nº 50/2023.

14.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da CMNU.

### 15. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133/21, Art. 26, do Decreto legislativo nº 50/2023.

### 16. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

16.1. Nas seguintes hipóteses de acordo com os Art. 27 e 28 do Decreto legislativo nº 50/2023, O registro do fornecedor será cancelado.

- I. - descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II. - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Poder Legislativo Municipal, sem justificativa aceitável;
- III. - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV. - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho fundamentado.

16.2. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I. - por razão de interesse público; ou
- II. - a pedido do fornecedor.

### 17. DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS (LGPD)

17.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

17.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

- 17.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 17.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 17.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 17.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 17.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 17.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. Este Termo de Referência busca conceituar o objeto e as especificidades da contratação de forma clara, precisa e objetiva, visando subsidiar a Administração Geral no início do processo de licitação para a contratação de uma empresa especializada em fornecer lanches e refeições. O objetivo é atender à demanda por serviços de alimentação, garantindo qualidade e variedade nos itens oferecidos. A contratação contemplará a oferta de lanches variados e refeições, assegurando que os produtos sejam preparados de acordo com normas de higiene e segurança alimentar. Além disso, a empresa contratada deverá ser capaz de atender a diferentes necessidades e preferências alimentares.
- 18.2. Fica vedada a transferência, no todo ou em parte, da execução da contratação.
- 18.3. A existência de preços registrados não obriga a Contratante a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições;
- 18.4. Fica a detentora ciente de que a assinatura da Ata de Registro de Preços implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento e dos ajustes dela decorrentes;
- 18.5. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, e rescisões obedecerão ao Decreto Legislativo nº 50/2023, Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições da Ata de Registro de Preços e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos;
- 18.6. A Adjudicação poderá ser para uma ou mais empresas que apresentar(em) a(s) proposta(s) de acordo com as especificações e ofertar(em) o menor preço total do(s) item(ns) cotado(s);
- 18.7. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de correio eletrônico corporativo, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico [administrativo@camaradenovauniao.ro.gov.br](mailto:administrativo@camaradenovauniao.ro.gov.br) e [diretoria@camaradenovauniao.ro.gov.br](mailto:diretoria@camaradenovauniao.ro.gov.br) incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.
- 18.8. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

Nova União/RO, 31 de Março de 2026.

Elaborado por:

CLEYTON PEREIRA DE SOUZA  
Equipe de Apoio Portaria CMNU nº 07/2023.

Revisado por:

JHEREMMY GAMBERT CUSTÓDIO  
Chefe Da Seção De Compras E Almoxarifado.

Aprovo o presente Termo de Referencia, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas acima, autorizo a prosseguimento pertinente e respectivas despesas em conformidade com a Lei.

MARCOS RAMON RIBEIRO  
Vereador Presidente

ANEXO II

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

À  
CÂMARA DE NOVA UNIÃO/RO  
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025  
Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos objetos abaixo discriminados, conforme Edital e Termo de Referência, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

Item	Und. Med	Quant.	Especificações Mínimas	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. Total
01	quilograma	216	PAO DE SAL TIPO FRANCÊS; Peso médio de 50g a 75 Gramas Por Unidade.			
02	unidade	120	MORTADELA DEFUMADA GOURMET; 180g, fatiada, acondicionada em embalagem plástica lacrada.			
03	quilograma	104	PAO DOCE COM CREME; Peso médio de 75 Gramas Por Unidade.			
04	quilograma	150	PAO DE QUEIJO; pesando aproximadamente 20 gramas.			

05	quilograma	150	MINI SALGADINHOS VARIADOS: com peso individual entre 15g a 25g,			
06	unidade	120	QUEIJO MUÇARELA FATIADO EMBALAGEM 150G:			
07	unidade	24	MANTEIGA - DE PRIMEIRA QUALIDADE COM SAL 500G:			
08	unidade	72	BOLO CASEIRO COM COBERTURA; com peso mínimo de 500gr			
09	unidade	72	BOLO CASEIRO TRADICIONAL; aprox. 450gr			
10	unidade	200	MARMITEX; A composição das refeições deverá ser variada, contendo o mínimo de 750g			
11	unidade	100	REFEIÇÃO BUFFET LIVRE; Buffet livre com consumo médio de 750 g, acompanhado de 01 bebida (mín. 360 ml) e 01 sobremesa (mín. 100 g).			
12	frasco	92	REFRIGERANTE; garrafa pet 02 litros			
13	unidade/caixa	84	LEITE; longa vida integral uht, contendo 1 litro			
14	unidade	200	MIX DE FRUTAS; peso líquido aproximadamente 150 g.			
15	unidade	500	SANDUICHE NATURAL; Sanduíche natural individual, peso aproximado de 130g a 150g			
16	unidade	500	MINI HAMBURGUER; peso aproximado entre 50g e 75g			
17	cento	20	SALGADINHO PARA COQUETEL; tipo: bolinha, recheio: queijo, com no mínimo 25g por unidade			
18	cento	20	SALGADINHO FRITO PARA COQUETEL; tipo: coxinha, com no mínimo 25g por unidade			
19	cento	20	ASSADINHO PARA COQUETEL; tipo: esfirra fechada, com no mínimo 25g por unidade			
20	cento	20	SALGADINHO PARA COQUETEL; tipo: pastelzinho, com no mínimo 25g por unidade			
21	unidade	400	MINI CACHORRO-QUENTE; peso de 75g a 100g			
22	unidade	10	BOLO CONFEITADO 2kg			

A proposta é preenchida na Plataforma LICITANET, portanto, NÃO DEVE CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas;

Valor Total da Proposta: Por extenso.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública.

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: Conforme o Termo de Referência e Edital.

Declaramos que:

I -Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos serviços, todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.

II -Declaramos conhecer a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, e que conhecemos e aceitamos todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.

III -Declaramos, também, que nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita, seja qual for o motivo.

\_\_\_\_\_ - \_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura do representante legal

### ANEXO III

( PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

### MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Eu,.....,RG nº.....,CPF nº.....,residente no endereço .....  
bairro.....,CEP.....,município de ..... , representante legal do proponente (empresa e CNPJ)  
....., na pregão eletrônico nº. 001/2025 promovida pela CÂMARA municipal do município de nova União, venho declarar que:

1. Declaração de inexistência de impedimento à contratação com o poder público.  
Declaro que a empresa não está impedida de participar de contratações promovidas por órgãos ou entidades públicas.
2. Declaração de beneficiário da lei complementar 123/2006 (se for o caso)  
Declaro que a empresa se enquadra / não se enquadra como microempresa e empresa de pequeno porte, e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/06 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar.
3. Declaração de conhecimento e concordância dos termos do edital (Lei n. 14.133/21, art. 63, Inciso I).  
Declaro que manifesto ciência em relação ao inteiro teor do AVISO e dos seus anexos, concordando com suas condições, atendendo aos requisitos de habilitação e respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I).
4. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos (Lei n. 14.133/21, art. 63, § 1º).  
Declaro que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º).



5. Declaração de reserva de cargos (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII).

Declaro que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII).

6. Declaração de não emprego de trabalho desumano ou degradante (CF 88, art. 1º, III e IV c/c art. 5º, III).

Declaro que observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

7. Declaração de inexistência de fato superveniente para contratação.

Declaro que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para habilitação no aviso de dispensa de licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

8. Declaração de emprego de menor.

Declaro que a empresa não possui em seu quadro de pessoal, menores com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

#### **ANEXO IV**

( PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE )  
DECLARAÇÃO ME/EPP/COOPERATIVA

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa:....., CNPJ....., cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

#### **ANEXO V**

(em papel timbrado da empresa)

#### **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o Sr. ...., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº .....,  
DECLARA, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

#### **ANEXO VI**

(em papel timbrado da empresa)

#### **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS**

....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.  
(a) .....portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA:

1. Concordar, na íntegra, com os termos do aviso de Dispensa eletrônica nº 001/2025- CMNU e com todos os seus anexos.
2. Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Poder Concedente quanto à sua habilitação.
3. Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que esta se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Credenciamento.
4. Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação.
5. Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos do Credenciamento e demais exigências contidas na Lei Federal nº 14.133/2021.
6. Que não se enquadra nas hipóteses previstas no §1º do art. 9º e no art. 14 ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, atendendo às condições de participação do Credenciamento e legislação vigente.
7. Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar.
8. Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando esta for solicitada pela Comissão de Credenciamento, no prazo estipulado.
9. Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
10. Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.
11. Que atesta o atendimento à política pública ambiental sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambiental[1]mente adequada.
12. Que para fins do disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Assinatura do representante legal

**ANEXO VII**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/CMNU/2026**  
**PROCESSO Nº 42/CMNU/2026**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/CMNU/2026**

Pelo presente instrumento, A **CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO/RO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.621.060/0001-94, com sede administrativa na avenida Coronel Jorge Teixeira, nº 1075, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada legalmente pelo, Vereador Presidente **MARCOS RAMON RIBEIRO**, portador do RG nº \*\*63\*\* SSP/RO e CPF nº \*\*\*.578.622-\*\*, de acordo com delegação de competência prevista nos Art. 22 e Art. 23 do regimento interno e as empresas qualificadas no Anexo-- desta Ata, resolvem Registrar Preços para Aquisição de **produtos de panificação, lanches e refeições**, para atender a Câmara Municipal de Nova União, por um período de 12 (doze) meses, nas quantidades estimadas no Anexo-- desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 14.133/2021, bem como o Decreto legislativo nº 50/2023 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1. Registro de Preços para Aquisição de **produtos de panificação, lanches e refeições**, para atender a Câmara Municipal de Nova União, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência (ANEXO-- do edital).

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no (ANEXO --) deste instrumento.

**3. ORGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. Conforme o Art. 86 da lei 14.133/2021, § 1º O procedimento previsto no **caput** deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

**4. DA ADESÃO E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Em observação ao disposto na lei 14.133/2021, Art. 86, § 2º Se não participarem do procedimento previsto no **caput** deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de **não participantes**, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 desta Lei](#);

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 3º A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: [\(Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)

I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)

II - por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação. [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)

§ 4º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

§ 5º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 2º deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**4.2. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.2.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos

**5. DA VIGÊNCIA DA ATA**

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no diário oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto legislativo nº 50, de 30 De Junho De 2023.

5.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21.

5.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

5.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

**6. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS**

6.1. A ata de registro de preços **não será** objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133/21, Art. 26, do Decreto legislativo nº 50/2023.

**6.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

6.2.1. conforme o decreto legislativo nº 50/2023, A ata de registro de preços **não será** objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo.

**6.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.3.1. Nas seguintes hipóteses de acordo com os Art. 27 e 28 do Decreto legislativo nº 50/2023, O registro do fornecedor será cancelado.

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Poder Legislativo Municipal, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho fundamentado.

6.3.2. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

## 7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, há necessidade de aquisições ou frequentes, conforme estatui o Art. 22, do Decreto legislativo nº 50/2023.

7.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da CMNU.

7.3. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário.

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

II - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nos Arts. 27 e 28 do decreto legislativo.

§ 4º O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no diário oficial e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

## 8. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

a. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

b. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 8.1. desse instrumento.

c. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

8.2. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

8.3. Conforme o Art. 32 do decreto legislativo nº 50, Os contratos e termos aditivos celebrados entre o Poder Legislativo e os particulares deverão ser de **forma eletrônica**. Parágrafo único. Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

8.4. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

8.5. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, deverá ser verificado no SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, fica facultado à administração abrir novos prazos ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

## 9. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal.

9.2. A execução da despesa será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

- Ação Orçamentária: 2026 - Administração e Gestão da Câmara;
- Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo;
- Ficha Orçamentária: 10;
- Fonte de Recursos: 001.500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

## 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES

10.1. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei

nº 14.133, de 01 de abril de 2021, serão aplicadas pela autoridade máxima do Poder Legislativo Municipal.

10.2. A contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 14.133/2021, a serem aplicadas pela autoridade competente da Câmara Municipal de Nova União conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

10.3. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste termo, a contratante poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito.
- b) multa de 1,5% ao dia, sobre o valor total do contrato, nos casos de atraso injustificado no cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.
- c) multa de vinte por cento sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Contratante, por prazo não superior a dois anos;
- e) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos conforme estabelecido pelo art. 156, §4º da Lei nº14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência.

10.4. Considerar-se-á descumprido totalmente o contrato quando, injustificadamente, ocorrer o atraso para o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência ultrapassar dez dias corridos, ensejando a aplicação de penalidade. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Contratante, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

10.5. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de cinco dias úteis a partir da data da intimação.

10.6. Se a contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada até a data de vencimento prevista para pagamento da Guia, o mesmo será automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus.

10.7. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa do município e cobrado com base na legislação municipal, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO**

11.1. Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas.

11.2. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Termo de Referência, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

11.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, cujas obrigações deverá atender prontamente.

11.4. Responsabilizar-se-á pelo bom estado e qualidade dos alimentos e respondendo perante a Contratante e outros órgãos do poder público, por qualquer alimento, condimento e/ou ingredientes contaminados, deteriorados ou de qualquer forma inadequados para os fins previstos no presente contrato;

11.5. As despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da proponente;

11.6. Todos os gêneros perecíveis e não perecíveis deverão ser transportados em veículo específico para esse fim, devendo ser previamente higienizados e não conter qualquer substância que possa acarretar lesão física, química ou biológica aos alimentos;

11.7. Manter planejamento de esquemas alternativos de trabalho ou planos de contingência para situações emergenciais, tais como: falta de água, energia elétrica/gás, vapor, quebra de equipamentos, greves e outros, assegurando a continuidade dos serviços estabelecidos no presente Termo de Referência;

11.8. Os entregadores deverão estar devidamente identificados com o nome da empresa, uniformizados, com hábitos de higiene satisfatórios (uniforme limpos, higiene pessoal adequada, barba e bigode aparado, cabelo protegido sem adornos e unhas aparadas), possuindo boa conduta e relacionamento no local de entrega;

11.9. Fica sob responsabilidade da Contratada a montagem, a organização do ambiente onde será servida a refeição;

11.10. Fica sob responsabilidade da Contratada o Fornecimento de matérias descartáveis, pratos, talheres, copos e guardanapos;

11.11. Manter quadro de pessoal técnico, operacional e administrativo em número necessário e suficiente para atender o cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Referência, substituindo imediatamente em caso de falta;

11.12. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do fornecimento do objeto;

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.15. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos itens, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;

11.16. Cumprir os prazos estipulados na Ata de Registro de Preços e as especificações dos objetos;

Levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE quaisquer irregularidades ocorridas;

11.17. Fica sob responsabilidade da Contratada a conservação dos alimentos, refrigeração e preparação, bem como pela refrigeração e conservação das bebidas;

11.18. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do Fornecedor Registrado pelo fornecimento do objeto;

11.19. Será permitida a utilização de descartáveis apenas nos lanches. A contratada deverá fornecer todo o material descartável, sendo proporcional à quantidade de participantes e a alimentação solicitada no evento. Os descartáveis devem ser de boa qualidade e apresentar embalagens integras, próprias para cada produto e com identificação no rótulo;

11.20. Indicar, formalmente, preposto, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, aceito pela Câmara solicitante, para representar a licitante vencedora, sempre que for necessário, o qual tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos da Ata de Registro de Preços;

11.21. Indicar e-mail e número de WhatsApp (com confirmação de leitura ativada) oficiais do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante.

11.22. Ressarcir à Administração, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação da rejeição das justificativas, os prejuízos por ela causados, sob pena de glosa do valor da fatura pendente de pagamento.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES**

12.1. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato;

- 12.2. Comunicar tempestivamente a CONTRATADA, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas no decorrer da execução dos serviços, para a imediata adoção das providências de modo a sanar problemas eventualmente ocorridos;
- 12.3. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o estabelecido no Contrato;
- 12.4. Atestar as notas fiscais/faturas desde que tenham sido entregues como determina este contrato, verificar os relatórios apresentados: encaminhar as notas fiscais e/ou faturas, devidamente atestadas, para pagamento dentro do prazo determinado;
- 12.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre eventuais imperfeições, falhas, e demais irregularidades verificadas na execução dos procedimentos previstos neste Contrato de modo que possam ser adotadas medidas para córrigo do que for notificado;
- 12.6. Efetuar os pagamentos, no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, após a emissão dos Termos de Homologação e comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos;
- 12.7. Fornecer, em tempo hábil, todos os dados técnicos e informações de sua responsabilidade, necessários à execução do objeto do contrato;
- 12.8. Manter os entendimentos com a CONTRATADA sempre por escrito, ressalvados os casos determinados pela urgência das medidas, cujos entendimentos verbais deverão ser confirmados por escrito ou por e-mail, dentro de até 03 (três) dias Úteis, contados a partir da efetivação do entendimento;
- 12.9. Verificar a regularidade da situação fiscal e dos recolhimentos sociais trabalhistas da CONTRATADA, conforme determina a lei, antes de efetuar o pagamento devido.

### **13. DO CADASTRO RESERVA**

13.1. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos item 6.3, o gerenciador poderá convocar os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS.**

- 14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 14.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 14.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 14.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 14.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 14.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 14.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 14.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 14.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### **15. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 15.1. Fica vedada a transferência, no todo ou em parte, da execução da contratação.
- 15.2. A existência de preços registrados não obriga a Contratante a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições;
- 15.3. Fica a detentora ciente de que a assinatura da Ata de Registro de Preços implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento e dos ajustes dela decorrentes;
- 15.4. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, e rescisões obedecerão ao Decreto Legislativo nº 50/2023, Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições da Ata de Registro de Preços e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos;
- 15.5. A Adjudicação poderá ser para uma ou mais empresas que apresentar(em) a(s) proposta(s) de acordo com as especificações e ofertar(em) o menor preço total do(s) item(ns) cotado(s);
- 15.6. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
- 15.7. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto legislativo nº 50/2023, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, decreto municipal nº 1815, de 30 de outubro de 2017, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, independente de transcrição.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

Gerência Sistema de Registro de Preços.

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

(Representante / Nome / CNPJ)  
Qualificada(s)



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO ARAUJO LENK, SECRETÁRIO GERAL**, em 13/04/2026 às 09:51, horário de Nova União/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2430 de 03/08/2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.novauniao.ro.gov.br](http://transparencia.novauniao.ro.gov.br), informando o ID **343472** e o código verificador **F7216E26**.

Referência: [Processo nº 51-42/2026](#).

Docto ID: 343472 v1